

RESENHA DO LIVRO: CITIES UNDER SIEGE: THE NEW MILITARY URBANISM.
GRAHAM, STEPHEN. VERSO BOOKS, NEW YORK, 2011, 432 PAGES

Emilio Enrique Dellasoppa¹

Resumo

Dois mil e quinhentos anos atrás, Sun Tzu afirmava, no clássico A Arte da Guerra: “A pior estratégia é atacar cidades. Ataque cidades unicamente quando não há alternativa.” O presente mostra que, no futuro, as MOU, Military Operations in Urban Terrain, vão constituir a opção fundamental para as forças terrestres. As observações realizadas desde o âmbito da estratégia militar são o objeto central do livro do Prof. Stephen Graham. O autor analisa a relação entre urbanismo, segurança e militarização focalizando nos casos paradigmáticos de Estados Unidos, Israel e Inglaterra, explorando a profunda interação e troca de experiências entre os dois primeiros países. Graham realiza uma análise de vários casos, entre os quais a relação do desenvolvimento do treinamento militar, utilizando tecnologias eletrônicas sofisticadas, com o crescimento do mercado de meios audiovisuais e de jogos de guerra on-line. A resenha observa criticamente o marco teórico do autor e suas conclusões e limitações, em um contexto que se caracteriza pela imprevisibilidade e dramaticidade de suas mudanças, tendo como pano de fundo um irreversível processo de urbanização mundial.

Palavras-chave: Urbanização. Cidades. MOU. Urbanismo militar. Tecnologia.

“Stadtluft macht frei”²

O ditado medieval referia-se a uma singularidade: as cidades eram pequenos pontos esparsos em um mundo absolutamente rural. Mundo que continuou assim até 2013: só em 2014 a população urbana mundial supera a rural. Trata-se de um processo que se inicia na década de 1950, quando mais de dois terços da população do mundo viviam em áreas rurais. Em torno a 2050, a situação terá se invertido e dois terços da população do mundo vão morar em áreas urbanas. O Brasil só a partir de 1964 se transforma em um país crescentemente urbano, experimentando um processo de urbanização que cada década leva dezenas de milhões para as cidades, e que só perde em magnitude para o chinês. Atualmente, 85% da população brasileira é urbana e será 90% em 2050.

¹ Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo. Professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Co-editor para América do Sul da revista Police Practice & Research, e membro do corpo editorial de Delito y Sociedad. E-mail: emiliodellasoppa@hotmail.com

² Na Europa do século XII, “... A liberdade torna-se o estatuto jurídico da burguesia, na medida em que ela não é apenas um privilégio pessoal, mas um privilégio territorial inerente ao sítio urbano, da mesma forma que a servidão é inerente ao lugar da nobreza. O suficiente para desfrutar este privilégio, é ter vivido um ano e um dia no âmbito da cidade.” (PIRENNE, 1973). Stadtluft macht frei (“O ar da cidade liberta”) ou Stadtluft macht frei nach Jahr und Tag (“O ar da cidade liberta após um ano e um dia”), é um ditado alemão que exprime uma lei consuetudinária da Idade Média.

Ao nível mundial, a população urbana passou de 700 milhões em 1950 para 3,9 bilhões em 2014, e se projeta que crescerá mais 60% até 2050, atingindo 6,3 bilhões. Temos percorrido um longo caminho e um mundo absolutamente novo está em acelerada construção.

O processo de urbanização se associa a um processo paralelo de desenvolvimento. E o contexto dos processos de urbanização da segunda metade do século passado contém, do ponto de vista das condições materiais, pelo menos três revoluções: a da informática, a das telecomunicações e a dos transportes (logística). No plano político, entre 1989 e 1991 o mundo assiste ao fim da Guerra Fria e ao triunfo do modelo capitalismo/democracia, nas mais variadas combinações. Ao mesmo tempo, o futuro se transforma em um conjunto de incertezas, acabando de vez com as concepções do século XIX sobre ele, o que levou a Niklas Luhmann a afirmar que “Do futuro, agora apenas pode-se saber que será diferente do passado” (LUHMANN, 1997). Para complicar ainda mais a situação, como todo processo de desenvolvimento implica em custos, estes aparecem em cabal evidência nos casos de bens comuns: saúde, educação, transporte, segurança, lazer e espaços públicos, etc. As características da urbanização têm sido muito diferentes, segundo se considere no mundo o Norte desenvolvido ou o Sul em desenvolvimento. No caso do Sul, há um conjunto de indicadores sociais que podem ser associados tanto com a urbanização, o desenvolvimento, ou a violência, e que estão vinculados a estruturas de relações sociais e políticas específicas. América Latina e o Caribe, a região mais violenta do mundo, oferece um leque de diferentes processos políticos, de desenvolvimento e de urbanização, com diferentes taxas de violência urbana, geralmente acima dos padrões epidêmicos.

Aqui aparece outra característica de este processo. Hoje, a violência é uma violência fundamentalmente urbana e tende a se agravar no futuro. Isto coloca a questão da relação entre a urbanização e as sempre mutantes dimensões do conflito urbano. Ainda, é notória a dificuldade da teoria social no tratamento do tema, e as observações desde múltiplos paradigmas não têm consenso em torno à validade de uma multiplicidade de hipóteses explicativas (FARRELL, 2013), que certamente incluem a marginalização, pobreza, desigualdade, impunidade perante às leis, assim como outras mais inesperadas hipóteses. Para complicar ainda mais o problema urbano, existem posturas ideológicas ou religiosas anti-urbanas, tanto na extrema direita política ou religiosa cristã como no fundamentalismo islâmico de diversos grupos, que estão diretamente opostas às posições sustentadas desde os organismos internacionais, (um grande conjunto que começa nas Nações Unidas com a Population Division of the Department of Economic and Social Affairs) (UNITED NATIONS, 2014a, 2014b, 2014c), assim como às dos teóricos que adiantam propostas políticas (um mundo governado por prefeitos, (BARBER, 2015), ou Simon Jenkins, que enxerga nas cidades “as formas de governança do futuro” (JENKINS, 2013). No outro extremo das observações possíveis do problema urbano, encontra-se a visão de futuro das grandes corporações imobiliárias, obviamente colocada em termos de riscos e oportunidades:

"Nunca antes o ritmo da urbanização foi tão rápido: cerca de 60 a 70 milhões de pessoas serão acrescentadas à população urbana a cada ano durante os próximos 30 anos. Como a taxa de urbanização está aumentando, as necessidades globais de infraestrutura se calculam em US\$ 50 trilhões até 2030, com gastos pesados sendo exigidos tanto nas cidades dos mercados emergentes como dos desenvolvidos. Nos mercados desenvolvidos ao redor do mundo, as cidades maduras estão sendo revividas e estão sendo estabelecidos centros de inovação. As "Cidades inteligentes", que focam no uso inteligente da informação, da tecnologia de comunicação, a eficiência energética e sistemas de transporte mais eficientes estão sendo cultivadas na América do Norte, Europa e outros países desenvolvidos." (PGIM, 2015)

Mas há outro conjunto de observações que serão o objeto central do livro do Prof. Graham. Trata-se das realizadas desde o âmbito da estratégia militar. Dois mil e quinhentos anos atrás, Sun Tzu afirmava, no clássico *A Arte da Guerra*: "A pior estratégia é atacar cidades. Ataque cidades unicamente quando não há alternativa." O presente mostra que, no futuro, as MOUT, Military Operations in Urban Terrain, vão constituir a opção fundamental para as forças terrestres. Mas não todas as cidades apresentam o mesmo desafio. No início do século, Richard J. Norton apresentou seu conceito de "cidades selvagens", a luz vermelha de um sinal que incluía o verde e o amarelo (NORTON, 2003). Para Norton, estas cidades não eram apenas um objeto da sociologia ou do planejamento: constituíam um desafio militar de características excepcionais. O conceito de "cidade selvagem" pode ser considerado um *tipo ideal* weberiano, assim como as diversas etapas que conduzem a ela sinalizadas muito graficamente pelas cores do semáforo. Como o próprio Norton indica, é um conceito mosaico, que inclui as diferentes cores em diferentes proporções para cada cidade considerada. Trata-se de grandes e densos conglomerados urbanos, onde existem nichos para atores não estatais que podem incluir crime organizado, milicianos e terroristas. O governo deve admitir áreas negociadas de controle, configurando o que na literatura sociológica se descreve como incapacidade de fazer valer a fórmula weberiana de monopólio da violência legítima por parte do Estado (DELLASOPPA, 2008). O comércio ilegal - e o contrabando de armas e drogas, poderíamos agregar - são importantes ou decisivos na economia, os serviços básicos são precários, e a segurança limitada ou acessível apenas contratando empresas privadas ou pagando proteção. Este complexo de características que se apresenta em diferentes gradações sinaliza o "avanço do sinal" em direção a uma cidade selvagem que deve ser objeto central da reflexão da estratégia militar no século XIX.

O livro objeto desta resenha, de autoria de Stephen Graham, atualmente professor de Cidades e Sociedade na Escola de Arquitetura, Planejamento e Paisagismo da Universidade de Newcastle, é um dos produtos da sua pesquisa sobre as conexões entre segurança, militarização e vida nas cidades. Em relação ao seu paradigma de observação, um dos tantos possíveis dentro das ciências sociais, o autor pode ser incluído em termos gerais dentro da corrente denominada "metromarxismo" (MERRIFIELD, 2002), que, tomando Karl

Marx como ponto de partida teórico - apesar das poucas contribuições por ele feitas ao tema - inclui nomes como Friedrich Engels, Walter Benjamin, Henry Lefevre, Guy Debord, Manuel Castells, Marshall Berman, Mike Davis e David Harvey. Um antecedente importante do trabalho de Graham é o capítulo de Mike Davis de 1994 *Fortress Los Angeles: The Militarization of Urban Space* (DAVIS, 1994), onde já aparecem algumas das questões que vão ser desenvolvidas pelo autor. A partir de este marco teórico, Stephen Graham analisa as questões da relação entre urbanismo, segurança e militarização focalizando nos casos paradigmáticos de Estados Unidos, Israel e Inglaterra, explorando a profunda interação e troca de experiências entre os dois primeiros países. Os casos equivalentes de Moscou, Tóquio, Shanghai, Caracas ou Rio de Janeiro não são objeto de crítica. Moscou apenas é citada, assim como Tóquio, em casos de exploração da fragilidade da segurança dos sistemas de transporte por grupos terroristas, o Aum Shinrikyo em março de 1995 em Tóquio e o atentado dos terroristas Chechenos em Moscou em fevereiro de 2004. O caso de Shanghai é ainda mais destacável. É citada como o modelo utilizado no Sul global pelas elites políticas e económicas, que aspiram a transformar suas áreas em “a nova Shanghai”, seguindo o modelo de terra arrasada utilizado por Israel para o controle dos assentamentos e campos de refugiados palestinos. Ainda, o caso dos atentados a bomba na estação Atocha de Madrid, da construção das instalações para os Jogos Olímpicos de Beijing, e outras cidades como Boston, Chicago, Toronto, Hong Kong e Seoul estão ausentes no livro.

O livro resulta da incorporação de vários capítulos que tinham sido publicados como versões prévias (6,7,8,9), assim como a Introdução. No seu conjunto, podem ser destacadas a coerência com que o autor se mantém dentro de seu marco teórico e a exaustiva pesquisa de fontes de informação, mesmo que na maior parte secundárias. A proposta da investigação das relações entre segurança, estratégia militar e urbanismo, é da maior relevância em tempos de reflexão militar sobre MOUT. Mesmo a partir de um olhar sobre um objeto construído como americano-israelense, o autor produz uma apresentação relevante dos atores, sua interação, das relações económicas e militares e das estratégias em construção, articulando reflexões sobre sua concepção das novas formas de imperialismo, geopolítica e MOUT com a geografia urbana.

O início do livro - a Introdução e os três primeiros capítulos – apresenta o marco teórico que será usado depois para analisar os casos propostos. Graham apresenta sua explicação da militarização das cidades no Sul (primer “momento colonial”), e das cidades do Norte desenvolvido, associando este processo com uma construção ideológica que denomina “geografias maniqueístas” utilizada para legitimar a militarização urbana que configura o tema central do livro: “o novo urbanismo militar”. Porém não deixa de ser percebido um ecletismo teórico, muito marcante, mas também muito comum entre os representantes de algumas das versões dos paradigmas marxistas ou neomarxistas. Graham apela à interpretação do processo de importação de tecnologias do mundo colonizado (ou dominado, nos termos de sua leitura do imperialismo presente) seguindo literalmente

a proposta de Michel Foucault (2003) de existência de um “efeito bumerangue” entre o centro e a periferia dominada: como no século XIX, quando a Europa colonial importava as experiências africanas para o Barão Haussmann urbanizar Paris contra as insurreições domésticas, o ocidente está importando as experiências nos territórios ocupados ou em conflito – Israel no Meio Oriente, Estados Unidos em Iraque ou Afeganistão - para urbanizar militarmente suas fronteiras sociais internas. Esta opção teórica é duplamente problemática. Em primeiro lugar, porque o marco teórico Foucaultiano é incompatível com qualquer proposta marxista. Esta questão não precisa de maiores explicações. A segunda questão diz respeito à questão do colonialismo. Apesar de começar o livro com uma citação de um outro autor sobre Frantz Fanon, no texto do professor Graham há uma única referência a este autor, básico para o entendimento do colonialismo - francês fundamentalmente -, onde afirma que “o negócio do obscurecimento da linguagem é uma máscara por trás da qual está o muito maior negócio do saqueio” (FANON, 2004:189). Esta citação se refere à crescente expulsão de moradores de assentamentos irregulares. Mas o tema central de Fanon no seu livro *Os condenados da terra*, publicado em Paris em 1961 pela Editora François Maspero, não é, certamente, esse. É a violência como elemento fundamental da luta anticolonialista na Argélia. Muito menos é o tema de um dos prefácios mais famosos e polêmicos escritos nos anos sessenta: o de Jean-Paul Sartre para o livro de Fanon. Deste prefácio (SARTRE, 1963), que sugere um futuro diálogo com Foucault, vale a pena citar alguns trechos:

“Na Argélia, na Angola, se mata ao acaso aos europeus. É o momento do *boomerang*, o terceiro tempo da violência: se volta contra nós, nos atinge, e, como de hábito, não compreendemos que é a nossa” (p.19)

“Agora é a nossa vez de percorrer, passo a passo, a estrada que nos leva à condição do colonizado.” (p.27)

Em 1961, Sartre fala ao cidadão francês sobre as consequências da descolonização da Argélia. Em 1975 Foucault vai descrever como o estado francês vai aplicar ao controle de seus cidadãos os métodos aprendidos na Argélia. Em qualquer caso, as colocações presentes e as citações ausentes parecem incompatíveis com o marco teórico metromarxista do autor, com o que podem ter apenas acordos superficiais.

A seguir, e utilizando esse marco teórico, o autor apresenta nos capítulos seguintes estudos de casos ilustrativos, com um detalhe às vezes repetitivo ou exagerado. Baste notar que o livro tem quase 1.400 notas de rodapé, o que coloca um desafio ao leitor, mesmo ao mais interessado no tema. Os temas da segurança e vigilância em meios urbanos, a crescente sofisticação técnica dos equipamentos, a multiplicação das fronteiras e dos controles, assim como as técnicas desenvolvidas por Israel e depois adotadas por outros países para a demolição de áreas urbanas e destruição da infraestrutura em cidades consideradas esconderijo de terroristas, acompanham a questões de estratégia e treinamento militar antiterrorista, assim como a uma análise da hipótese que explica o sucesso dos veículos SUV como parte do desenvolvimento nas populações dos países desenvolvidos de uma cultura militarista. O autor também sinaliza a relação do desenvolvimento do treinamento utilizando tecnologias

eletrônicas sofisticadas com o crescimento do mercado de meios audiovisuais e de jogos de guerra on-line. Para confirmar esta tendência, além dos citados no livro, podemos mencionar o jogo *Call of Duty*, uma franquia de vídeo game para atiradores em primeira pessoa, onde aparece “Favela”, um “medium-sized multiplayer map” nas versões *Call of Duty: Modern Warfare 2* e *Call of Duty: Ghosts*. Porém, não todo o treinamento para as operações MOUT pode ser virtual: o autor cita também as numerosas réplicas de “ambientes de cidades do Terceiro Mundo” construídas nos países desenvolvidos para reproduzir as condições reais do combate.

Para resumir as colocações de Graham, podem ser citadas sete características que distinguem o novo urbanismo militar do velho (CLEMENT, 2012): 1. As forças armadas das nações ocidentais desenvolvidas (os Estados Unidos são o caso paradigmático) estão em grande parte compostas por soldados de origem rural que deverão combater em arenas urbanas, em operações MOUT; 2. As tecnologias de controle de origem civil e militar se estão transformando no pano de fundo de ambientes urbanos, infraestruturas urbanas e até da própria vida urbana; 3. A mídia corporativa construiu a guerra urbana como um espetáculo para ser consumido no Ocidente; 4. Há um mercado crescente para a segurança e vigilância e suas tecnologias cada vez mais sofisticadas, muitas de origem militar; 5. A circulação dos capitais, da mídia e das pessoas para dentro e fora das cidades é transnacional, e está sendo militarizada para proteger os interesses privados das elites; 6. O discurso contemporâneo sobre a segurança é contraditório, enfatizando noções territoriais de “pátria” (homeland) que implicam anti-urbanismo e anti-cosmopolitismo, apesar de uma população cada vez mais urbana e etnicamente diversa; 7. A violência do Estado é usada para expulsar as pessoas das comunidades rurais e assentamentos urbanos informais para abrir espaço para a acumulação futura.

Certamente o leitor percebe o viés associado a estas colocações, com as quais poderá concordar ou não, em todo ou em parte. Mas é apenas a consequência do ponto de vista adotado, que, assim como qualquer uma das duas dezenas de marcos teóricos disponíveis nas ciências sociais, sempre terá pontos cegos e será basicamente incompatível com seus semelhantes. O leitor treinado poderá confrontar o texto com proveito desde seu próprio ponto de observação. Finalmente, vale a pena citar uma nota de Graham sobre um projeto do exército dos Estados Unidos aplicado não apenas em operações no exterior (Iraque, Afeganistão), mas também, comprovando uma das teses do autor, em “domestic law enforcement”. Trata-se do “US Army’s Human Terrain System”. O sistema HTS foi desenvolvido durante os anos 1960 introduzindo o conceito de “terreno humano”, e basicamente aplicado ao combate aos Black Panthers (GONZALEZ, 2008). Recentemente (2005), o conceito foi recuperado para ser aplicado nas operações em Iraque e Afeganistão. O projeto cria uma “área de conhecimento” interdisciplinar que inclui acadêmicos das disciplinas das ciências sociais – antropologia, sociologia, ciência política, estudos regionais, linguística, estudos da religião, psicologia, etc. -, destinado a dar apoio aos comandos militares para a compreensão da população (“o terreno humano”) nos locais de engajamento das tropas. O

projeto levantou numerosas críticas das associações acadêmicas nos Estados Unidos e foi finalmente desativado em 2014.

Para os interessados no tema, o livro é uma fonte importante de informação, mesmo que, apenas transcorridos cinco anos de sua publicação, algumas partes já estão ultrapassadas pela velocidade da mudança que é própria do complexo presente globalizado, que mostra os efeitos da transformação dos cenários internacionais, das políticas internacionais e das situações relacionadas com a segurança nas cidades. O mesmo acontece com o capítulo de conclusões e propostas de “contra-geografias”, tal vez o mais fraco de todos, precisamente pelo marcante esgotamento das propostas que caracteriza a posição teórico-política do autor. Esta situação deveria ser de fácil compreensão no Brasil (e na América Latina, em geral): acaso cinco anos atrás a situação política, econômica e social, e as expectativas associadas, não eram completamente diferentes?

REVIEW OF BOOK: CITIES UNDER SIEGE: THE NEW MILITARY URBANISM. GRAHAM, STEPHEN

Abstract

Twenty-five hundred years ago, Sun Tzu says in the classic *The Art of War*: "The worst strategy is to attack cities. Attack cities only when there is no alternative." The present age shows that, in the future, MOUT, Military Operations in Urban Terrain, will be the main option for the ground forces. Observations from the point of view of military strategy are the central purpose of Prof. Stephen Graham's book. The author analyzes the relationship between urban planning, security and militarization, focusing on the exemplary cases of the United States, Israel and England, and exploring the deep interaction and exchange of experiences between the first two countries. Graham performs an analysis of several paradigmatic cases. For example, on the relationship of the development of military training using sophisticated electronic technologies, with the growth of the audiovisual market and online war games, providing useful information. The review critically observes the theoretical framework of the author and its findings and limitations, in a context characterized by the unpredictability and drama of sudden changes, within the background of an irreversible global urbanization process.

Keywords: Urbanization. Cities. MOUT. Military urbanism. Technology.

BIBLIOGRAFIA

CLEMENT, Matthew Thomas. Neoliberalism, Imperialism, and the Militarization of Urban Spaces. **Monthly Review**. v. 64, n. 5, oct. 2012.

DAVIS, Mike. Fortress Los Angeles: The Militarization of Urban Space. In: SORKIN, Michael (Ed.): **Variations on a theme park**. The new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang/The Noonday Press, 1994.

DELLASOPPA, E.E. Rex non curat de re publica. In: **Delito y Sociedad**, v. 25, p. 35-62, 2008.

FANON, Frantz. **The Wretched of the Earth**. New York: Grove, 2004.

FARRELL, G. Five tests for a theory of the crime drop. **Crime Science**, v. 2, n. 5, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Society Must Be Defended: Lectures at the College de France, 1975-6**, London: Allen Lane, 2003, p. 103.

GONZALEZ, Roberto. Human Terrain: Past, Present and Future Applications. **Anthropology Today**. v. 24, n. 1, p. 21-26. doi:10.1111/j.1467-8322.2008.00561.x. Fev. 2008.

JENKINS, Simon. 2013. Cities are cool, unpredictable and hard to control: Russell Brand should run for mayor. In: **The Guardian**, 07 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/07/mayoralty-politics-style-westminster-cities-bill-de-blasio>>. Acesso em: 10 Jul. 2014.

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE (LSE). **Lectures**. Speaker: Stephen Graham. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MtRc30dk2wk>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LUHMANN, Niklas. **Observaciones de la modernidad: Racionalidad y contingencia en la sociedad moderna**. Barcelona: Paidós, 1997.

MERRIFIELD, Andrew. **Metromarxism: A Marxist Tale of the City**. New York: Routledge, 2002.

NORTON, Richard J. Feral cities. **Naval War College Review**, Outono 2003, v. LVI, n. 4.

PIRENNE, Henri. **Historia Económica y Social de la Edad Media**. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

PGIM - PRUDENTIAL GLOBAL INVESTMENT MANAGEMENT. **The Wealth Of Cities**. The Investment Implications of Urban Expansion. Disponível em: <http://www3.prudential.com/woc/_resources/media/the-wealth-of-cities.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: Fanon, Frantz, **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

UNITED NATIONS. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs. 2014a. Revision of **World Urbanization Prospects**. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/>>. Acesso em: 20 Jan. 2015.

_____. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs. 2014b. Revision of World Urbanization Prospects. **Country profiles: Brazil**. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/Country-Profiles/>>. Acesso em: 20 Jan. 2015.

_____. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs. **Population Facts**. 2014c. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/popfacts/PopFacts_2014-3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Trabalho enviado em 31 de janeiro de 2016.

Aceito em 31 de janeiro de 2016.

